



política de transações com partes relacionadas

Documento aprovado na 318ª reunião do Conselho de Administração, em 23/08/2018, com vigência a partir desta data. Primeira revisão aprovada na 321ª reunião, em 10/12/18

Revisada na 340ª reunião do Conselho de Administração, em 29/07/2020.



Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I – FINALIDADE.....	3
CAPÍTULO II – CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	3
Parte Relacionada.....	3
Transação com Partes Relacionadas.....	4
Pessoal-chave da Administração.....	4
Membros próximos da família.....	4
Conflito de Interesses.....	5
Controlada, Controladora, Coligada e Grupo Econômico.....	5
Influência Significativa.....	6
Não São Partes Relacionadas.....	6
Condições de Mercado.....	6
CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	7
CAPÍTULO IV – TRANSAÇÕES PERMITIDAS E VEDADAS.....	7
CAPÍTULO V – CELEBRAÇÃO E APROVAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	8
Celebração.....	8
Aprovação.....	9
CAPÍTULO VI – ANÁLISE PRÉVIA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	9
CAPÍTULO VII – DIVULGAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	10
CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADES.....	10
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, em conformidade com o art. 8º, inciso VII da Lei nº 13.303/2016, que determina a “elaboração e divulgação de política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração”, apresenta a Política de Transações com Partes Relacionadas.

CAPÍTULO I – FINALIDADE

Art. 1º. A presente Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, a fim de assegurar que as decisões envolvendo tais situações sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, alinhadas às melhores práticas de Governança Corporativa.

Art. 2º. Visa também prevenir e administrar as situações de possível conflito de interesses entre as partes relacionadas.

CAPÍTULO II – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Parte Relacionada

Art. 3º. Parte relacionada é a pessoa (pessoa física) ou a entidade (pessoa jurídica) que está relacionada a Celepar, sendo:

I – um administrador da Celepar ou membro próximo da família desse;

II – o Estado do Paraná, enquanto controlador da Celepar, bem como a empresa pública ou sociedade de economia mista que tenha o Estado do Paraná como seu controlador;

III – a Previcel - Previdência Privada da Celepar;

IV – uma entidade está relacionada com a Celepar se:

a) sofrer influência significativa de administrador da Celepar ou de membro próximo da família desse;

b) for controlada (individualmente ou em conjunto) por administrador da Celepar ou membro próximo da família desse;

V – uma entidade está relacionada com a Celepar se for do mesmo grupo econômico (controladora ou controlada) da entidade prevista no inciso anterior.

Transação com Partes Relacionadas

Art. 4º. É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Art. 5º. A relação a seguir, apresenta, de forma não exaustiva, alguns exemplos de transações com partes relacionadas:

I – compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados);

II – compras ou vendas de propriedades e outros ativos;

III – prestação ou recebimento de serviços;

IV – arrendamentos;

V – transferências de pesquisa e desenvolvimento;

VI – transferências mediante acordos de licença;

VII – transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente);

VIII – fornecimento de garantias, avais ou fianças;

IX – assunção de compromissos para fazer alguma coisa para o caso de um evento particular ocorrer ou não no futuro, incluindo contratos a executar (reconhecidos ou não);

X – liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de parte relacionada;
e

XI – compartilhamento de infraestrutura ou estrutura;

XII – patrocínios e doações.

Pessoal-chave da Administração

Art. 6º. Os Administradores, ou seja, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada são considerados pessoal-chave.

Membros próximos da família

Art. 7º. São aqueles membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência sobre pessoal-chave da Administração.

Art. 8º. Consideram-se membros próximos da família do administrador o cônjuge ou companheiro(a) e o parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ou seja:

I – pais, inclusive madrasta e padrasto;

II – sogros, inclusive madrasta e padrasto do cônjuge ou companheiro(a);

III – enteados, genros, noras, inclusive do cônjuge ou companheiro(a);

IV – avós;

V – avós do cônjuge ou companheiro(a);

VI – netos;

VII – netos do cônjuge ou companheiro(a);

VIII – irmãos;

IX – irmãos do cônjuge ou companheiro(a);

X – dependentes do administrador, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Conflito de Interesses

Art. 9º. Há conflito de interesses quando alguém não é independente ou não é isento em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da organização.

Art. 10. Também se verifica conflito de interesses quando, mesmo que os interesses do agente sejam convergentes com o interesse da companhia, a decisão que vai tomar possa assegurar um ganho para si, para membros próximos da família, terceiros e entidades com os quais o agente esteja envolvido, ou ainda, que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento.

Controlada, Controladora, Coligada e Grupo Econômico

Art. 11. Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Art. 12. São coligadas as sociedades nas quais a acionista tenha influência significativa.

Art. 13. Configura-se um grupo econômico quando:

I – uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra;

II – for demonstrado o interesse integrado, de efetiva comunhão de interesses e de atuação conjunta das empresas dele integrantes, não sendo suficiente a mera identidade de sócios.

Influência Significativa

Art. 14. Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

Art. 15. A influência significativa é presumida quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante.

Não São Partes Relacionadas

Art. 16. Não são consideradas partes relacionadas:

I – entidades com as quais a Celepar contraiu financiamento ou empréstimo;

II – sindicatos;

III – entidades prestadoras de serviços públicos;

IV – órgãos de Estado, e entidades, que tenham atribuições de fiscalização ou normatização, mesmo que possam afetar a liberdade de ação da Celepar ou seu processo de tomada de decisões;

V – cliente, fornecedor, franqueador, concessionário, distribuidor ou agente geral com quem a Celepar mantém volume significativo de negócios, meramente em razão da resultante dependência econômica;

VI – uma entidade somente pelo fato de ter administrador em comum com a Celepar.

Condições de Mercado

Art. 17. Na negociação entre partes relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela companhia com partes independentes.

Art. 18. Durante a negociação, para assegurar a presença das condições de mercado, devem ser observados os seguintes princípios:

I – competitividade, para que os preços e as condições dos serviços sejam compatíveis com os praticados no mercado;

II – conformidade, visando aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;

III – transparência, reportando adequadamente as condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da companhia; e

IV – equidade, utilizando mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e estabelecendo práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros.

CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 19. As transações com partes relacionadas devem ocorrer sempre no melhor interesse da companhia, isentas da interferência de outros interesses e com absoluta transparência, considerando a essência do relacionamento, não apenas sua forma legal.

Art. 20. Os processos que envolvem transações com partes relacionadas devem possuir informações rastreáveis, necessárias aos processos fiscalizatórios.

Art. 21. Os princípios adotados pelo Código de Conduta e Integridade da Celepar orientam todas as transações com partes relacionadas.

Art. 22. Ao se constatar conflito de interesse ou interesse particular, é dever da pessoa física envolvida neste manifestar-se tempestivamente.

Parágrafo Único. Caso tal manifestação não ocorra, qualquer dos envolvidos na decisão, que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo.

Art. 23. Quando identificado o conflito de interesse ou interesse particular, a pessoa envolvida deverá afastar-se das discussões e deliberações.

Parágrafo Único. Por decisão dos demais envolvidos na decisão, a pessoa envolvida poderá participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverá se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Art. 24. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

CAPÍTULO IV – TRANSAÇÕES PERMITIDAS E VEDADAS

Art. 25. O relacionamento com partes relacionadas pode ter efeito na demonstração do resultado e no balanço patrimonial da entidade. As partes relacionadas podem celebrar entre si transações que não realizariam com outras partes. Por exemplo, a Celepar pode prestar serviços ao Estado do Paraná pelo preço de custo, no entanto, pode prestar os mesmos serviços a outro cliente por preço superior.

Art. 26. São permitidas transações com o Estado do Paraná e com as empresas públicas e sociedades de economia mista que possuam o Estado do Paraná como controlador, desde que assegurado que as decisões envolvendo tais situações sejam tomadas tendo em vista os interesses da Celepar e observados os procedimentos previstos nessa Política, como:

I – a análise prévia, quando necessário;

II – a aprovação para celebração;

II – os deveres de divulgação nas demonstrações contábeis.

Art. 27. São vedadas as transações:

I – realizadas de forma distinta das condições de mercado, ou sem pagamento compensatório adequado, de acordo com a legislação vigente, ou de forma a prejudicar os interesses da companhia;

II – que envolvam as partes previstas nos incisos I (pessoa física administradora da Celepar ou membro próximo da família desse) e IV (entidade controlada ou que sofra influência significativa de administrador da Celepar, ou de membro próximo da família desse) do Art. 3. quando o membro próximo da família for:

a) cônjuge ou companheiro(a) do administrador;

b) filho(a) do administrador;

c) filho(a) do cônjuge ou de companheiro(a) do administrador;

d) dependente do administrador, de seu cônjuge ou companheiro(a);

e) pai ou mãe do administrador; e

f) irmão(ã) do administrador.

III – de concessão de empréstimos em favor do controlador, administradores e às demais pessoas físicas definidas no Art. 3.;

IV – assim previstas em outros dispositivos legais.

Parágrafo único. As transações que envolvam outros membros próximos da família não elencados no inciso II estarão sujeitas à análise prévia.

CAPÍTULO V – CELEBRAÇÃO E APROVAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Celebração

Art. 28. Aplicam-se às transações com partes relacionadas os mesmos procedimentos que norteiam as transações realizadas com terceiros que não são partes relacionadas, devendo ser observados os seguintes critérios:

I – ser celebrada em observância às condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado, de acordo com a legislação vigente; e

II – ser formalizada por escrito, especificando-se as suas principais características e condições, incluindo valores, prazos, garantias, direitos e obrigações envolvidos.

Aprovação

Art. 29. As aprovações de transações com partes relacionadas variam em função do valor e da natureza da operação, sendo a competência atribuída:

I – a 1 (um) Diretor individualmente, quando o valor envolvido for inferior a 0,02% do Capital Social integralizado;

II – a 2 (dois) ou mais Diretores em conjunto, quando o valor envolvido for entre 0,02% e até 0,5% do Capital Social integralizado;

III – à Diretoria Colegiada, quando o valor envolvido for entre 0,5% e até 2% do Capital Social integralizado;

IV – ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado.

Art. 30. As unidades responsáveis, quando forem celebrar qualquer transação, deverão consultar previamente o Cadastro de Partes Relacionadas, mas sem se limitar a ele, para identificar se trata-se de parte relacionada.

Parágrafo Único. Nos casos em que se configurar uma transação com parte relacionada, deverão seguir o disposto nesta Política.

CAPÍTULO VI – ANÁLISE PRÉVIA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Art. 31. Com o objetivo de avaliar a transação sob os aspectos de comutatividade e do cumprimento desta Política, os responsáveis pela transação deverão encaminhar ao Comitê de Auditoria Estatutário, para análise prévia, as transações com partes relacionadas a serem celebradas com:

I – valor total da transação ou conjunto de transações que seja superior a 2% (dois por cento) do Capital Social integralizado;

II – outras partes relacionadas que, apesar de não estar enquadrada na hipótese acima, a autoridade responsável pela aprovação da transação, prevista no Art. 29, entenda que deva haver a análise prévia, tendo em vista:

a) as características da operação;

b) a natureza da relação da parte relacionada com a Celepar; e

c) a natureza e extensão do interesse da parte relacionada na operação.

III – envolvendo as situações mencionadas no parágrafo único do art. 27.

Art. 32. A área responsável pela transação deverá apresentar informações e evidências que permitam avaliar que, na efetivação do negócio, foram observadas as condições de mercado ou pagamento compensatório adequado.

Art. 33. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá reportar, mensalmente, ao Conselho de Administração as conclusões das análises prévias realizadas.

CAPÍTULO VII – DIVULGAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Art. 34. As Transações com Partes Relacionadas devem ser divulgadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da companhia, conforme os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Art. 35. A Celepar está isenta das exigências de divulgação no tocante a transações e saldos mantidos com partes relacionadas, incluindo compromissos, quando a parte:

I – for o Estado do Paraná;

II – for ente estatal que exerce influência significativa sobre a Celepar;

III – for empresa pública ou sociedade de economia mista cujo controlador é o Estado do Paraná.

Art. 36. Nos casos de isenção de divulgação do artigo anterior, a Celepar deve divulgar o que segue acerca de saldos mantidos e transações:

I – o nome da parte relacionada e a natureza de seu relacionamento com a Celepar; e

II – a informação que segue, em detalhe suficiente, para possibilitar a compreensão dos usuários das demonstrações contábeis da entidade dos efeitos das transações com partes relacionadas nas suas demonstrações contábeis:

a) natureza e montante de cada transação individualmente significativa; e

b) para outras transações que no conjunto são significativas, mas individualmente não o são, uma indicação qualitativa e quantitativa de sua extensão.

Art. 37. A Celepar também poderá divulgar em seus Relatórios Anuais transações com partes relacionadas que, devido a sua natureza, o Conselho de Administração julgue pertinente, após análise prévia e listagem apresentada pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADES

Art. 38. Compete aos Administradores informar ao CAE na posse e anualmente:

I – as empresas em que é administrador;

II – as empresas em que possua participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento);

II – os nomes dos membros próximos da família; e

III – as empresas em que os membros próximos da família possuam participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Art. 39. Compete à Diretoria Colegiada:

I – aprovar e monitorar, de acordo com sua alçada, a realização de transações com partes relacionadas, de forma que sejam conduzidas de acordo com condições de mercado e afastem potenciais conflitos de interesses;

II – avaliar e revisar a presente Política, anualmente ou sempre que demandado pelo Conselho de Administração.

Art. 40. Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

I – realizar a análise prévia das transações ou conjunto de transações com partes relacionadas, nas situações previstas nesta Política;

II – avaliar e monitorar a adequação das transações realizadas com partes relacionadas;

III – manter Cadastro de Partes Relacionadas com a identificação de partes relacionadas com a Celepar e de organizações com potencial conflito de interesse, revisando-o no mínimo anualmente e atualizando-o quando necessário, informando a toda a companhia.

Art. 41. Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar e monitorar, de acordo com sua alçada, a realização de transações com partes relacionadas, de forma que sejam conduzidas de acordo com condições de mercado e afastem potenciais conflitos de interesses;

II – aprovar a revisão da presente Política, no mínimo anualmente, e assegurar sua publicidade.

Art. 42. Compete à Diretoria de Mercado, no âmbito de suas atribuições, zelar para que as transações sejam:

I – realizadas observando os aspectos de comutatividade e do cumprimento desta Política;

II – celebradas em observância às condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado, de acordo com a legislação vigente; e

III – formalizadas por escrito, especificando-se as suas principais características e condições, incluindo valores, prazos, garantias, direitos e obrigações envolvidos.

Art. 43. Compete à área responsável pela operacionalização de compras e licitações e à área responsável pelo acompanhamento de contratos com clientes, no âmbito de suas atribuições:

I – quando da preparação para formalização de qualquer transação:

a) para identificar se trata-se de parte relacionada, consultar o Cadastro de Partes Relacionadas, embora não se limitando a ele, informando à Diretoria e ao CAE caso identifique parte relacionada não listada no cadastro;

b) zelar para que sejam celebradas em observância às condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado, de acordo com a legislação vigente;

c) zelar para que sejam formalizadas por escrito, especificando-se as suas principais características e condições, incluindo valores, prazos, garantias, direitos e obrigações envolvidos.

II – após a celebração de transação com parte relacionada, comunicar à Coordenação de Contabilidade e Planejamento Tributário.

Art. 44. Compete à Coordenação de Contabilidade e Planejamento Tributário divulgar as transações com partes relacionadas que afetem as demonstrações contábeis, conforme capítulo VII desta Política.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. A presente Política foi elaborada utilizando como referências, dentre outros:

I – o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 05 (R1), aprovado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 642/2010;

II – o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 696/2012.

Art. 46. Quando de sua posse, os administradores devem assinar documento afirmando que receberam, leram e se comprometem a seguir a presente Política.